



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2009/02/25

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às quinze horas, foi declarada aberta a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

PRESIDENTE: Nuno José dos Santos Teixeira da Costa Gomes;

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Vicente Roxo;

2.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues.

Apresentou justificação de falta o membro Senhor Octávio Manuel Gonçalves Ferro, pelo que a falta foi considerada justificada

Foram consideradas faltas injustificadas, na sessão de vinte e oito de Novembro de dois mil e oito, os membros Senhores Rui Frederico Garcia Lourenço, Lisete da Cruz Diégues Claro, Julieta de Jesus Pires, Manuel Diogo Morais, Luís Alberto Piçarra, Manuel João Pintor Libório, José Augusto Gonçalves Nunes e José Joaquim Dinis, por não terem apresentado qualquer justificação.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

- 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.
- 2 - Ordem do Dia.

- 2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior;
 - 2.2 - Leitura resumida do expediente;
 - 2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;
 - 2.4 - Período de intervenções;
 - 2.5 – Alienação de 6% do Capital Social que o Município detém na Empresa Cacovin-Agroindústria;
 - 2.6 - Extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, e a partilha do património, nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto;
 - 2.7 - Regulamento Municipal para Apoio Social à Habitação-Alteração;
 - 2.8 - Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro no Algarve – Adesão na qualidade de sócio;
 - 2.9 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento.
- 3 – Período reservado ao Público.

1 - Período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia iniciou por cumprimentar todos os presentes e informou que iria dar início aos trabalhos, informando que se encontrava aberto para inscrições, o período Antes da Ordem do Dia.

Declarado aberto o período de Antes da Ordem do Dia, interveio o membro Senhor António Miguel Borges, que no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, referindo de seguida, que as declarações que o Senhor Presidente da Câmara proferiu, aquando da intransitabilidade das estradas em virtude da neve, foram refutadas pelo PSD por serem infelizes, exigindo por parte do Senhor Presidente, um pedido de desculpa formal aos lesados, nomeadamente à GNR, Protecção Civil e professores.

Dito isto, questionou o Senhor Presidente da Câmara se foi ou não feito, o pedido de desculpa aos visados, pelas infelizes declarações.

Solicitou a palavra o membro Senhor Pedro Miranda, cuja intervenção escrita se transcreve a seguir:

“ Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,
Senhoras e Senhores membros.

Passado que está mais uma Feira do Fumeiro, não poderia deixar passar em branco este grande certame, uma vez que é sem dúvida o maior a nível nacional, no que ao fumeiro diz respeito.

Apesar do receio de mau tempo, e muito à semelhança dos anos anteriores, esteve muito bem, e como sempre com uma enorme afluência de visitantes do concelho, mas sobretudo de outros pontos do país e até do país vizinho.

Neste sentido não posso deixar de dar os parabéns à organização, por mais uma vez nos brindar com mais uma edição da Feira do Fumeiro, com uma qualidade, responsabilidade e exigência acima da média.

Também muito à semelhança de edições anteriores a organização não descorou na tentativa de oferecer mais qualidade e novidade a todos aqueles que nos visitam.

Aumentado o número de expositores e implementando o espaço *gouromet* que foi um sucesso.

Destaco ainda os espectáculos musicais, culturais e tradicionais, que são sempre mais um motivo de atracção.

Tudo isto, reflecte organização, dimensão e a exigência que este certame assume no nosso concelho.

Os meus parabéns!”

Seguiu-se o membro Senhor Ruben Almeida, que interveio proferindo a intervenção escrita, que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,
Senhoras e Senhores membros.

Pegando um pouco na intervenção do meu camarada e amigo Pedro Miranda acerca da Feira do Fumeiro, gostaria também aqui de tecer umas palavras, relativamente ao turismo em geral no concelho e na vila.

Neste sentido, não posso deixar de parabolizar o actual executivo e em particular ao pelouro do turismo pelo excelente trabalho desenvolvido.

O crescente número de autocarros turísticos que passam pela vila, a cobertura mediática que os órgãos de comunicação social em geral têm efectuado no concelho, aliado aos eventos aqui realizados, mas também e sobretudo às infra-estruturas que têm vindo a ser criadas em Vinhais e nas aldeias, que fazem com que cada vez mais a nossa terra seja um ponto de visita obrigatória da região norte e até do país.

Não poderia aqui passar sem referir algumas dessas obras: Passo a destacar o Parque Biológico que em menos de um ano já recebeu cerca de 15 mil visitas; o Centro de Interpretação do Parque Natural de Montesinho; a requalificação do Centro Histórico; o Eco-Museu de Vinhais que inclui o Museu do Azeite em Agrochão bem como o Museu Etnográfico; o Museu Escola em Vila Verde; o Museu de Arte Sacra que está pronto a inaugurar na Ordem Terceira em Vinhais; os Percursos Pedestres e marcações de terrenos para TT; BTT e pedestrianismo, onde até já foram realizadas algumas provas nacionais; a Recuperação da Via Romana; Vias Augutas no sul do concelho e modernização e urbanização da Sede do concelho, são só algumas das obras efectuadas por este executivo, e que aliadas a eventos como a Feira da Castanha e Feira do Fumeiro, aliados à beleza natural do nosso concelho e saber bem receber das nossas gentes. E, por fim, à qualidade dos produtos que aqui são produzidos, que fazem prova do sucesso obtido no que diz respeito ao número de visitantes do concelho, sendo sobretudo bases fortes e uma alavanca para um futuro mais próspero e risonho no que ao turismo diz respeito.”

Por fim, referiu-se à intervenção que o membro Senhor António Borges apresentou, considerando que as declarações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara fazem todo o sentido. Porque os professores basearam-se na maior parte das vezes em avisos efectuados pela comunicação social, que muitas das vezes em nada condiziam com a realidade, ou seja, as estradas estiveram a maior parte do tempo transitáveis.

Referiu também, que teve conhecimento que em nevões posteriores e muito piores o número de faltas foram diminuindo drasticamente.

Seguiu-se o membro Senhor José Maria Ribas, o qual proferiu a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara

Senhor Vereador presente

Senhores Membros da Assembleia

Ex.mo Público.

Não é frequente da minha parte intervir nesta Assembleia mesmo em casos que provavelmente se justificava.

Contudo, não o tenho feito dado que o trabalho que este executivo tem desenvolvido não necessita de frequentes loas nem eu tenho grande jeito para “engraxadelas”.

Falar da Feira do Fumeiro seria o mais simples, pois na minha modesta opinião foi um certame que apesar da intempérie decorreu com inusitado brilho. Por isso os meus sinceros parabéns e bem hajam por mais uma vez terem colocado Vinhais durante vários dias na Comunicação Social. Mas o que me traz aqui e que não devemos de modo algum deixar de recordar foi o modo como em aldeias isoladas entre serranias como da minha aldeia de Moimenta, apesar de fustigada por sucessivos nevões, sempre foi possível ter acesso a todo o tipo de necessidades graças há permanente intervenção da Protecção Civil superiormente coordenada pelos serviços da Câmara que não descurou o mais pequeno pormenor de forma a que as vias que conduzem a Sede do Concelho se mantivessem sempre transitáveis. Por tudo isto a população da minha aldeia e acredito de todo o concelho lhe estamos profundamente gratos. Prossiga o seu caminho, sem tibiezas e pode estar certo que continuará mais do que nunca a contar com o apoio de todos nós.

Muito obrigado.”

Tomou a palavra o membro Senhor António Augusto Gonçalves, que iniciou por cumprimentar todos os presentes passando de seguida a congratular-se com a qualidade, e com o empenho com que foi organizada mais uma Feira do Fumeiro. Considerou que esta

Feira continua a merecer a vinda de muita gente a Vinhais, razão pela qual todos tentaram que ela continue a ser cada vez mais um sucesso.

Referiu que esta sua intervenção é feita com a intenção de dar um pequeno contributo para que a Feira do Fumeiro possa continuar sempre com mais sucesso, por isso, destacou algumas ideias que passou a explicar. Lembrou que a premissa da qualidade é aquela que pode fazer com que a feira seja cada vez mais um sucesso. Considerou que a qualidade dos produtos que são expostos, e a qualidade na forma como é organizada, e a qualidade que é colocada todo o ano, desde a alimentação dos animais ao fabrico, secagem, embalagem, e exposição do fumeiro, são factores que cada um por si, contribuem decisivamente para que o Fumeiro continue a ter uma qualidade de excepção, que Vinhais tem que continuar a apostar, porque mais nenhuma região do país consegue atingir tal qualidade.

Continuou referindo que todos sabem, porque vivem, trabalham e acompanham as pessoas do concelho, que ultimamente se tem constatado que nem todo o fumeiro que é exposto na Feira, tem a mesma qualidade. Referiu que a carne por vezes sofre alguns desvios, não obedecendo aos princípios que consagram a qualidade. Considerou que se trata de situações meramente pontuais que todos aqueles que procuram promover a feira, devem combater.

Deixou um alerta para aqueles que organizam, e trabalham arduamente e com empenho, para que a feira possa correr bem, no sentido de estarem atentos, dando uma maior atenção a quem prevarica, a quem pisa o risco e a quem não cumpre as regras que definem essa qualidade, porque esses comportamentos podem trazer para o futuro dissabores, complicando o desempenho da feira no futuro.

Considerou que, devem ser mais apoiados, aqueles que produzem fumeiro de qualidade, garantindo que os porcos são alimentados com produtos genuínos e tradicionais, sem rações, sendo que, esse acompanhamento pode ser dado a um nível maior, criando brigadas que, ao longo do ano trabalhem este aspecto, e encontrando maneiras de alimentar os animais de uma forma mais tradicional.

Relativamente à recuperação do porco bísaro, referiu que para o concelho foi essencial, sendo neste momento uma mais valia, quer para a Feira do Fumeiro, quer para o futuro da carne dos animais. Dito isto, informou que todos sabem que existem outras raças que produzem fumeiro de qualidade, e sem desvalorizar o porco bísaro, referiu que também o porco de outra raça, se for alimentado de forma tradicional, com secagem e armazenamento

de qualidade, também produzirá fumeiro de qualidade, podendo ser feita essa demonstração perante as pessoas. Por outro lado, referiu que o concelho produz o salpicão e a chouriça, mas em sua opinião, pode vir a ser feito muito mais pelo chouriço de pão, pelas alheiras de Vinhais, pelas chouriças de sangue, ou seja, por toda a variedade de fumeiro que são igualmente ricas.

Referiu que, muitos dos membros presentes nesta Assembleia, se forem questionados sobre qual a variedade que gostam mais, muitos são, os que vão dizer que gostam mais da chouriça, ou da alheira, ou do chouriço de pão com os grelos.

Referiu estar convicto que, é possível educar as pessoas para começarem a gostar e valorizar outro tipo de fumeiro, que vai para além do salpicão e da chouriça de carne.

Referiu que o salpicão e a chouriça mantêm o mesmo preço desde há muitos anos, existindo outras variedades de fumeiro que talvez podem ser potenciadas e valorizadas, que podem ser postas no mercado, estando convicto que existe capacidade para o fazer.

Adiantou que no próximo ano, vão ser os trinta anos da Feira do Fumeiro, razão pela qual, deixa à consideração do Senhor Presidente da Câmara estas propostas, para o lançamento de novas ideias e novos desafios para Feira do Fumeiro e para as gentes que vêm e vão continuar a vir.

Continuou afirmando que, a exigência das pessoas que agora vêm à feira é superior à data do seu começo. A degustação da gastronomia tradicional de Vinhais é uma das motivações que traz muita gente ao concelho, sendo que as tasquinhas dos restaurantes precisam urgentemente de serem revistas, e melhoradas porque não reúnem as condições mínimas, para se poder almoçar e jantar com qualidade, sem fumo, com aquecimento, e com qualidade a todos os níveis. Concluiu que a tasquinha neste momento já não cumpre esses requisitos que são essenciais neste aspecto.

Terminou alertando para que não considerassem esta sua intervenção como uma crítica, porque pretende contribuir através da crítica para a melhoria das coisas, no sentido de melhorarem ainda mais.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Iniciou por responder à questão colocada pelo membro Senhor António Borges. Referiu ter o maior respeito possível por todos os professores, porque tem miúdos em idade escolar, tendo de igual modo ligações excelentes com todas as escolas.

Esclareceu que aquilo que pretendeu dizer na altura, foi exactamente aquilo que disse, sem tirar uma vírgula. Passou a explicar que devido às declarações de alguns agentes que fazem parte da protecção civil, se verificou um alarmismo exagerado, que fez com que uma determinada classe, nomeadamente a classe dos professores, não desse aulas ou chegasse à escola a uma hora considerada pouco própria. Aquilo que fez, foi tomar uma atitude política e pública.

Continuou clarificando que enquanto os Senhores professores se sentiram atingidos, o Senhor responsável máximo pela Protecção Civil do distrito, o Senhor Governador Civil, seu amigo, depois de, por telefone lhe ter sido explicada a situação, veio dizer que afinal, o Senhor Presidente da Câmara de Vinhais tinha razão. Esclareceu que, tudo isto começou, quando o Senhor Presidente da Câmara se apercebeu que existiam profissionais que tinham justificação de falta, porque havia uma autoridade que passava papeis a dizer que a estrada estava intransitável. Aquilo que o Senhor Presidente fez foi perguntar quantas estradas estavam cortadas no concelho de Vinhais, tendo obtido como resposta, que nenhuma estrada até à data, se tinha encontrado cortada.

Clarificou que não se tratou de dizer que os Senhores professores não queriam dar aulas, porque aquilo que foi dito por si, foi exactamente o contrário, ou seja, que devido à situação de alarmismo que a comunicação social criou, acabou por resultar nesta situação.

Esclareceu ainda, ao membro Senhor António Borges que, toda a gente se deslocou para o seu trabalho, desde os funcionários da Câmara ao Centro de Saúde, toda a gente mais cedo ou mais tarde, se deslocou para o seu posto de trabalho, inclusive os alunos, alguns com atraso, mas acabaram sempre por ir.

Confrontado com alguém do público que, neste momento afirmou que, alguns dos alunos se deslocaram para a escola de tractor, o Senhor Presidente referiu desconhecer tal situação, uma vez que não deu ordens a ninguém para transportar os alunos de tractor. Acrescentou que os alunos em causa eram filhos do condutor do próprio tractor. Concluiu que o membro que proferiu tal afirmação, não conhece as pessoas do concelho, razão pela qual, desconhecia este pormenor, declarando que a responsabilidade foi do pai, porque foi o pai

das crianças que trouxe os próprios filhos no tractor. Não encarou como perigosa esta situação, uma vez que, antigamente as crianças deslocavam-se a pé, deu como exemplo, o seu próprio exemplo de vida, quando se deslocava de Romariz a Nunes, não ter problema algum.

Continuou comunicando que tudo correu normalmente, apesar de alguns professores terem entendido que tal situação foi uma ofensa, outros telefonaram para dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, pela atitude que tomou.

Dito isto, considerou não ter atingido ninguém, razão pela qual, não se sentiu na obrigação de pedir desculpa. Aquilo que fez foi tentar resolver a situação, sempre com a intenção que as coisas funcionassem, o que se veio a concretizar.

Quanto à questão do turismo, felicitou o membro Senhor Ruben Almeida, pela síntese que fez relativamente a um facto que é novo, mas bem visível, que é Vinhais como destino turístico, sendo hoje uma realidade, razão pela qual estão a apostar forte, assim como na parte da gastronomia que incluiu fumeiro e castanha, e também na parte da natureza com todas as valências que o membro Senhor Ruben Almeida acabou por explicar.

Continuou comunicando que está a ser feito um trabalho enorme de promoção deste território, através da comunicação social, trabalho esse que tem sido bem visível.

Por último respondeu à questão levantada pelo membro Senhor António Augusto Gonçalves, começando por referir que os assuntos aqui apresentados, são assuntos que dão para uma conversa muito longa, não sendo possível em três ou quatro minutos dialogar profundamente sobre eles, uma vez que se fala de coisas muito específicas, questões que se prendem com casos muito complicadas, e que requerem conhecimentos muito específicos.

Relativamente à questão da raça do porco, explicou tratar-se de uma questão técnica, que mexe com outras coisas. Quando se fala de produtos de qualidade, fala-se de produtos IGP – Indicação Geográfica Protegida, ou seja, produtos com denominação de origem, sendo apenas estes assinalados como tendo qualidade, quanto aos outros não sabe se têm ou não qualidade.

A Lei só define produtos de qualidade, aqueles que tem denominação de origem, sendo que esse produto tem que ser de acordo com as normas constantes no caderno de especificações que é aprovado em Bruxelas, não sendo por isso, possível de ser alterado. O concelho de Vinhais tem oito produtos de denominação de origem, sendo o único concelho que tem

todos os produtos do fumeiro com denominação de origem, seguido de alguns concelhos do Alentejo.

Se o fumeiro de Vinhais está protegido com denominação de origem, e aprovado com a carne do porco bísaro, não pode ter outra carne, se não esta.

Referiu ser esta a Lei, embora também não concorde com ela. Acrescentou ainda sobre esta questão, que soube há rigorosamente pouco tempo, que Mirandela não tinha ainda as alheiras certificadas. Informou que a alheira de Mirandela não tem uma indicação geográfica protegida, mas tem muita fama, o que prova que nem só os produtos que têm indicação geográfica protegida é que são bons.

Concluiu que estas questões do fumeiro, são questões muito técnicas. Informou que a Doutora Conceição Martins da Universidade de Vila Real, que é presidente do júri do concurso de Vinhais, disse a um órgão da comunicação social, que o fumeiro de Vinhais, mais propriamente, o salpicão de Vinhais, é o salpicão mais estudado do país. Esta Universidade tem vindo a estudar o fumeiro de Vinhais há cerca de vinte anos.

Garantiu que todo o fumeiro que entrou na feira tinha qualidade, porque todos eles foram analisados por um júri, e aqueles que foram sujeitos a concurso também foram analisados, embora existam pessoas que gostam mais de um e menos de outro.

Disse que o fumeiro de Vinhais tem tido o sucesso que tem, porque têm feito a aposta na qualidade, tem sido muito mais fácil controlar o processo de elaboração do fumeiro, porque as Senhoras que o fabricam são cada vez menos. O processo é garantidamente de bom fumeiro.

Frisou que a Feira do Fumeiro de Vinhais é cada vez menos a Feira do Fumeiro de Vinhais para passar a ser a Feira do Fumeiro em Vinhais, ou seja, começa-se em Vinhais a vender fumeiro de todo o norte do país, para não dizer do país todo, porque ainda não se quis alargar ao país todo, apesar da muita procura.

Frisou que é importante que os stands estejam devidamente identificados para que as pessoas saibam exactamente aquilo que estão a comprar.

Referiu partilhar da opinião do membro Senhor António Augusto Gonçalves, no que se refere a outras raças possíveis de serem exploradas, sendo que da maneira que as coisas estão a funcionar, não é possível ainda, porque o sistema das denominações de origem não o permite.

Antes de terminar referiu que no período da ordem de trabalhos, na parte da revisão, aparece uma verba, para constituir uma associação que se chama Qualifica, que tem em vista dar a mesma protecção a produtos tradicionais, com ou sem denominação de origem, desde que seja com qualidade confirmada.

Quanto à questão das tasquinhas, referiu existir um controle para verificar os serviços de higiene, embora as condições não sejam condições excelentes, porque não são propriamente um restaurante do melhor que existe, e as próprias pessoas que se deslocam para estes sítios sabem exactamente aquilo que os espera, não podendo contar com o conforto que tem uma sala de jantar com ar condicionado. Referiu que a este nível têm vindo a melhorar muito, porque as cozinhas já cumprem as regras em matéria de higiene e segurança que são impostas para este tipo de acontecimentos.

Terminou referindo que a Feira do Fumeiro é um processo muito dinâmico e inacabado, porque as exigências são cada vez maiores, a vida está no dia-a-dia, cada vez mais diferente, sendo necessário evoluir, sendo a este nível que entendeu a intervenção do membro Senhor António Augusto Gonçalves, intervenção que agradeceu, assim como todas as intervenções feitas.

Inscreveram-se novamente para intervir os Senhores membros a seguir identificados:

- António Miguel
- Carlos Abel
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais

Tomou a palavra o membro Senhor António Borges, e sobre a questão dos professores, referiu que aquilo que depreendeu das palavras do Senhor Presidente, foi que não tinha sido pedida desculpa a ninguém. Dito isto, informou que chegou às suas mãos uma carta, datada de vinte e três de Janeiro de dois mil e nove, que supostamente foi escrita pelo Senhor Presidente e dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador de Bragança, e sobre esta, solicitou que o Senhor Presidente confirmasse a sua veracidade.

Passou a citar o conteúdo da mesma: «Meu caro amigo, escrevo-te porque imagino que a polémica relativa à neve/professores te possa ter incomodado, no entanto meu caro Jorge acredita que em momento algum me passou pela cabeça que tal poderia acontecer. E, como

sabes, e porque é verdade, tenho por ti a maior consideração respeito, simpatia e amizade que ao longo de mais de uma década se foi construindo, por isso mesmo, já mais me atreveria a ofender-te muito menos publicamente.

Apesar de não ser possível explicar-te numa folha de papel o que passou, resumidamente foi o seguinte: Antecipadamente falei contigo ao telefone, expliquei-te o que estava a acontecer, conversei com o executivo do agrupamento de escolas, a quem demonstrei o meu descontentamento, e falei, se calhar não sabes, com o Tenente-coronel Fernando Melo Gomes da Protecção Civil, a quem expus o meu descontentamento, o que falamos só pessoalmente posso explicar. – Vários dias sem aulas, milhares de euros diários gastos com transportes, aquecimento em dez escolas, vários funcionários, cantinas a funcionar, os professores de Vinhais porque não podem faltar a aguentar os miúdos dos que faltam, os pais a não saber o que fazer aos filhos durante o dia, todos os outros funcionários a trabalharem, alunos a passearem-se pela vila bebendo uns copos, os pais e toda a gente a chatear-me dizendo-me que isto era uma vergonha e nada fazia. Inclusive a comunicação social a pressionar-me porque começaram a chegar queixas dos pais, etc, etc.

Perante isto, meu caro amigo, o que tu farias? Possivelmente, o que eu fiz!

Acredito que a redacção do comunicado não seja a mais feliz, mas em momento algum me dirijo a ti, intencionalmente não me referia à tua pessoa, nem ninguém assim o entendeu, pelo contrário várias pessoas me telefonaram a dar todo o apoio, mesmo os jornalistas, e acredita que nenhum te culpou.

Por isso mesmo, meu caro governador, aqui fica a explicação que te devo, e aproveito para te lembrar que a Feira do Fumeiro é já um dia destes, conto naturalmente contigo, porque os amigos estão sempre convidados.

Um abraço de muita estima».

Terminou a citação e referiu que a ser verdade, aquilo que acabou de denunciar, irão continuar a lamentar a atitude de subserviência para com os mais fortes e a arrogância face aos mais fracos.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel, para se pronunciar sobre duas questões aqui pertinentes que são a questão da neve e a questão da Feira do Fumeiro.

Relativamente à questão da neve, informou que as declarações feitas pelo Senhor Presidente foram feitas numa altura em que estava marcada uma manifestação nacional de professores, que contou com cento e cinquenta mil professores, nas ruas de Lisboa. Aquilo que se passou na altura, foi que o Senhor Presidente aproveitou a «camionete», para brilhar nesta situação. Dito isto, questionou o Senhor Presidente se aquilo que acabou de ouvir, foi ou não verdade.

Continuou referindo que o Senhor Presidente se esqueceu que nesse dia houve médicos a faltar nesse mesmo dia, assim como, outros funcionários que se deslocam diariamente de Bragança, também nesses dias não vieram. Não compreende por isso, o porquê de o Senhor Presidente ter focalizado apenas os professores, questionando se essa atitude se deve, ao facto de os professores se manifestarem contra o Governo do seu partido.

Adiantou que houve ordens da própria Câmara, para suspender algumas aulas, ordens essas, dadas pelo Senhor Vereador Roberto Afonso, ou seja, o Senhor Presidente desdisse aquilo que o Senhor Vereador Roberto Afonso tinha acabado de dizer, assinalou aqui um problema de ordem interna.

Continuou referindo que, a questão que aqui se coloca, é que o próprio autocarro da Câmara, chegou a sair da estrada, não se tendo verificado problema algum. E as ordens que os professores cumpriram, foram dadas pela autoridade da Protecção Civil e pela GNR. Relembrou que aquilo que o Senhor Presidente disse, de forma indecorosa foi que os professores deviam não cumprir as ordens dadas por uma autoridade.

Considerou esta atitude inconsciente, e irresponsável. Referiu que, com isto, não quer dizer que a responsabilidade da neve seja do Senhor Presidente da Câmara, apenas sugerir que em vez de ter comprado um carro de oitenta mil euros, teria sido melhor comprar um limpa neves, tal como o PSD disse à imprensa.

Concluiu que, se as estradas estivessem limpas e em segurança não haveria este tipo de problemas.

Relativamente à questão da Feira do Fumeiro referiu ter apreciado a intervenção do membro Senhor António Augusto Gonçalves, e dela, pode constatar que todas ou grande parte das sugestões enunciadas, tinham sido já apresentadas pelo PSD, na legislatura anterior, da qual fazia parte uma comissão em que o Senhor Presidente não estava directamente envolvido porque se tinha demitido das suas funções executivas, sendo que a

sua actual esposa, fazia parte de uma comissão que se chamava comissão de acompanhamento da Feira do Fumeiro. Adiantou que dessa comissão, salvo erro, também fazia parte o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, na qual foram debatidas algumas questões que tinham muito mérito, sendo que, uma delas, o Senhor Presidente aproveitou este ano, sugerido pelo PSD, em Comissão Permanente da Assembleia, que é a internacionalização.

Explicou que a Feira do Fumeiro de Vinhais, o conceito em si, encontra-se esgotado, tendo estado esgotado este e em anos anteriores, ou seja, há cerca de quatro ou cinco anos que se apresenta esgotado. Não quer com isto dizer que, se encontra mal organizado, ou que está qualitativamente mal, quer apenas dizer que há um decréscimo quantitativo e qualitativo de pessoas que visitam a feira. Explicou que toda a vizinhança do concelho faz hoje uma feira deste tipo, ou seja, copiaram o conceito, este facto acontece com as Câmaras e com as feiras, da mesma forma que acontece com a economia, porque quando existe um produto que é vendável, toda a gente o copia. Por esta razão, aquilo que terão que fazer será inovar cada vez mais, e sequencialmente de forma que não sejam apanhados. Concluiu que foi exactamente isto que não foi feito, e que tem que ser feito.

Sugeriu três situações que a seu ver deveriam ser implementadas o quanto antes, sob pena da própria feira, ela própria, se tornar irre recuperável.

Referiu que numa altura falou da internacionalização, que o Senhor Presidente muito bem falou este ano, falou também num *feed back* qualitativo, tal como foi anunciado pelo membro Senhor António Augusto Gonçalves, em relação à qualidade e ao *feed back* que vem das pessoas, como por exemplo um questionário, cada vez que uma pessoa vendia produtos, para a pessoa dizer o que achou da qualidade e identificar o produtor que vendeu. Porque é importante saber aquilo que é exposto e a qualidade dos produtos.

Relembrou também que na altura, falaram também em criar um livro de instruções que deveria acompanhar sempre o fumeiro vendido, assim como a criação de uma confraria do fumeiro de Vinhais, que na altura a Senhora Engenheira Carla Pereira levantou algumas reticências, alegando que já existiam várias confrarias.

Dito isto, sugeriu que deveria ser feita ou reactivada essa comissão de acompanhamento da Feira do Fumeiro, onde deveriam ser sugeridas estas sugestões, vindas de onde vierem, no sentido de qualificarem e melhorarem cada vez mais a Feira do Fumeiro.

Antes de terminar e em tom de brincadeira, lembrou que o Senhor Presidente disse que teriam sido vendidas trezentas toneladas de fumeiro, e quinhentos e cinquenta porcos, o que obriga a que cada porco tenha pelo menos mais de mil quilos.

Rectificou uma das declarações prestadas pelo Senhor Presidente, declaração que não gostou de ouvir, porque foi uma falta de humildade o Senhor Presidente, na televisão, não ter assumido que a Feira do Fumeiro não foi feita por si, apesar de a ter organizado bem, embora quantitativamente de qualitativamente em termos de visitantes esteja a diminuir, porque aquilo que é certo é que o Senhor Presidente não esteve na Câmara estes trinta anos, devendo-se a feira a duas grandes pessoas, o Senhor Professor Claro, e o Capitão Humberto Sobrinho Alves. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara de Montalegre teve esta atitude, dizendo que a feira não era dele, nomeando outro presidente. Concluiu que a humildade e um sentimento que fica sempre bem.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou a referir que depois de ouvir todas as polémicas relativas à feira, achou conveniente intervir. Referiu sobre esta questão que é sempre bom haver propostas e iniciativas louváveis, para o melhoramento da feira. Referiu que gostaria também de deixar uma proposta que foi ouvindo ao longo da feira. Sobre esta, afirmou que, correu muito bem, tanto para os produtores como para os vendedores, apesar de a comunicação social não ter trabalhado a seu favor, uma vez que foi feito um alarmismo em relação ao estado do tempo, que afinal não se verificou, e que felizmente apesar desses contratempos a feira acabou por correr muito bem.

Em relação à questão dos professores apresentada pelo membro Senhor António Borges, referiu que cada um faz a sua análise, e relativamente à questão da subserviência em relação aos mais fortes, referiu que os mais fracos são os alunos e não os professores, sendo esta a parte que o Senhor Presidente quis defender, porque são os que têm interesse, ou seja, não foi nas finanças nem nos bancos, nem no tribunal porque aqui a Câmara não tem participação alguma. Concluiu que nas escolas, a Câmara tem responsabilidade de alertar quando as coisas não funcionam bem.

Terminado o período de intervenções o Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Relativamente à intervenção do membro Senhor Carlos Abel, referiu que só o perdoa por ser dia dos diabos, ou seja, por ser dia de festa.

Declarou que o único Presidente que convidou o Senhor Professor Claro e o Capitão Sobrinho Alves, foi o actual Presidente da Câmara, sendo o único que fez um reconhecimento público neste aspecto, razão pela qual não aceita falsas moralidades.

Continuou referindo que a maior parte das vezes o membro Senhor Carlos Abel fala de cor, e as pessoas não acreditam naquilo que este membro diz, porque não percebe nada de neve, uma vez que não se encontrava no concelho quando nevou.

Sobre a questão da feira, referiu que não viu durante a feira, a pessoa do membro Senhor Carlos Abel, por essa razão o membro em questão, não pode falar muito sobre a feira.

Quanto à comissão de acompanhamento da feira que, foi feita há uns anos atrás, disse que iria mostrar as contas daquilo que gastaram, nesse ano.

Quanto à questão dos professores referiu que, o membro Senhor Carlos Abel falou da questão dos professores, e foi contra aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, apenas porque foi o Senhor Presidente da Câmara que o disse, porque se o Senhor Presidente dissesse que os professores tinham razão, o membro Senhor Carlos Abel iria dizer que os professores não tinham razão, porque é do contra, geneticamente do contra, no sangue e na alma.

Contou uma historia que esta situação lhe fez lembrar, e com todo o respeito pela família da vítima, referiu que uma Senhora se deitou ao rio de Soeira, e alguém disse na altura que o rio corre para baixo, mas a pessoa tinha que estar do lado de cima do rio, porque era sempre do contra.

Concluiu sobre esta questão que todas as posições que o Senhor Presidente da Câmara toma, o membro Carlos Abel é sempre do contra, facto que em sua opinião não contribuiu para a credibilidade política deste membro. Frisou que não estão em causa questões pessoais.

Quanto à questão da carta que o membro Senhor António Borges leu, assumiu ter enviado a referida carta, ao seu caro amigo Jorge.

Advertiu que as regras da boa educação ensinam que tratando-se de uma carta privada, não deveria ter sido lido, e ainda se tivesse acesso a ela, não o deveria ter feito, porque o membro Senhor António Borges vai ter que explicar onde arranjou essa carta.

Referiu que a carta em questão não foi enviada pelos meios normais, começando por «Meu caro Jorge...», sendo uma carta pessoal não deveria ter sido lida e a pessoa que a entregou neste aspecto portou-se pior que o membro Senhor António Borges.

Aquilo que o membro Senhor António Borges poderia ter feito, em sua opinião, era ter guardado a carta para outra oportunidade, porque na política vingam aqueles que sabem guardar as coisas, porque aqueles que dizem tudo rapidamente, rapidamente ficam sem trunfos.

Continuou referindo que aquilo que disse na carta corresponde exactamente aquilo que pensa, e passou a informar o conteúdo da primeira parte da carta: «Meu caro amigo Jorge, falei contigo antes de fazer as declarações, falei com o Major da Protecção Civil, falei com a Escola Secundária...» Concluiu que o Senhor Presidente da Câmara é um homem prudente, porque falou com toda a gente que deveria ter falado e tomou uma opinião e uma atitude, e as estradas estiveram da forma que o Senhor Ribas acabou de dizer, ou seja, estiveram sempre transitáveis.

Dito isto, finalizou referindo que a carta que o membro Senhor António Borges leu é do Senhor Presidente da Câmara e foi dirigida ao seu amigo Jorge, ao qual deu uma explicação educada, não se tratando por isso de subserviência.

Referiu ainda que, se o membro Senhor António Borges, tivesse assistido, às declarações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da inauguração do centro de interpretação do Parque Natural de Montesinho, teria ouvido aquilo que foi dito ao Senhor Secretário de Estado, com toda a educação, e percebido que o Senhor Presidente da Câmara não é subserviente em relação aos políticos, sendo apenas subserviente em relação à sua própria educação e à família.

Continuou referindo que deu uma explicação ao Senhor Governador Civil, porque é o Presidente Distrital da Protecção Civil e o Senhor Presidente da Câmara deve dar uma explicação, ou seja, exactamente aquilo que fez, com ar simpático, convidando-o para a Feira do Fumeiro.

Concluiu sobre esta questão que tomou a atitude que tinha que tomar, e se o membro Senhor António Borges pensa que poderá vir a tornar esta questão uma polémica e tirar alguns dividendos, o melhor é esquecer, porque não vai dar em nada, uma vez que há mais gente a apoiar o Senhor Presidente da Câmara nesta matéria, do que ao contrário.

Frisou que os elementos principais da escola são os alunos, e se o membro Senhor António Borges tivesse alunos que se levantam de noite, para vir para a escola, com estradas cheias de gelo, e chegados aqui batessem com o nariz na porta, iria ter uma reacção diferente, mas como não se encontra a residir no concelho, uma vez que está a fazer a sua vida noutro lugar, não sabe muito bem daquilo que acabou de falar.

Relativamente aos limpa neves, referiu ter ouvido na rádio as declarações do Senhor Presidente da concelhia do PSD, sobre a questão dos limpa neves, e sobre esta questão frisou que a Câmara não tinha apenas um limpa neves a trabalhar, mas sim vários limpa neves a trabalhar desde madrugada, nos quais o Senhor Presidente da Câmara também andava, e ainda as rectros que funcionavam como limpa neves.

Solicitou ao Senhor Chefe de Divisão Financeira da Câmara que trouxesse uma certidão na próxima reunião, onde escreva se o Senhor Presidente da Câmara comprou algum carro durante este mandato, que tivesse custado oitenta mil euros, porque o valor não é oitenta, nem setenta, nem sessenta. A razão desta certidão deve-se ao facto de pretender desmentir os Senhores membros do PSD envolvidos nesta polémica, porque já disseram isto várias vezes, e se o Senhor Presidente da Câmara nunca os desmentiu, não percebe como é que um carro que foi adquirido há três anos, ainda é falado, foi um carro baratíssimo que não custou nada daquilo que os Senhores do PSD pensam.

Terminou referindo que os Senhores membros do PSD podem dizer aquilo que bem entenderem, mas o Senhor Presidente da Câmara não vai em demagogias, também não se zanga, porque todos já perceberam que os Senhores membros em causa, são do contra.

Inscreveu-se novamente para intervir o membro Senhor Carlos Abel, que iniciou por referir que já entendeu como foram formuladas as desculpas, sendo que a razão que o levou a intervir neste momento, é a razão que levaria qualquer pessoa a intervir, porque a questão do «geneticamente do contra», proferida pelo Senhor Presidente da Câmara, foi dita para chegar ao pai do membro Carlos Abel. Dito isto, referiu ter muito orgulho no seu pai, e em

tudo aquilo que o seu pai lhe ensinou. Adiantou que foi um homem de carácter, um homem que trabalhou por Vinhais, e foi um homem que entrou na política tão rico e tão pobre como saiu.

Relembrou que numa conversa tida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, afirmou que aceita que ataquem politicamente o membro Senhor Carlos Abel, menos a sua família, porque não o faz com ninguém e não admite que ninguém o faça.

Referiu que o seu pai está afastado da política e tomara que o Senhor Presidente da Câmara pudesse dizer aquilo que o seu pai disse quando saiu da política.

Esclareceu que se considera do contra, porque se não concorda com as ideias do Senhor Presidente, tem que discordar. Assinalou que o grande problema do concelho é que as pessoas que são do contra não se assumirem, muitas delas por medo, sendo uma pena que estas pessoas não se assumam, porque dizem coisas que não dizem à frente do Senhor Presidente.

Esclareceu que não procuram papeis nenhuns, porque são as próprias pessoas que vão ao seu encontro e dão as coisas, sem assumir, porque têm um empregozinho de quinhentos euros, que o Senhor Presidente arranjou para o neto ou para o sobrinho.

Terminou frisando que sendo do contra ou sem ser do contra, o Senhor Presidente pode continuar a contar sempre com a presença do membro Carlos Abel.

O Senhor Presidente da Câmara solicitou um minuto para fazer um esclarecimento, ao membro Senhor Carlos Abel, solicitando para isso a colaboração do membro Senhor António Augusto Gonçalves, para esclarecer a diferença entre geneticamente e hereditariamente.

Referiu que se tivesse dito hereditariamente do contra, significava que tinha dito que o membro Senhor Carlos Abel era exactamente como o seu pai, mas o termo que utilizou foi geneticamente, que nada tem a ver com factores hereditários. A resposta que o membro Senhor António Gonçalves prestou no momento, foi a favor da explicação que o Senhor Presidente proferiu.

Terminou esclarecendo que geneticamente tem a ver com gene mal formado, o que é uma coisa diferente daquilo que foi entendido pelo membro Senhor Carlos Abel, nada tendo a ver com a situação do seu pai. Pretendeu com isto repor a verdade, porque não pode ser

retirada daqui qualquer outra conclusão que não seja esta. Pediu desculpa ao membro Senhor Carlos Abel, frisando que o membro não teve razão neste ponto.

2 - Ordem do Dia.

2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores membros para o caso de pretenderem fazer alguma inscrição. Ninguém manifestou intenção de intervir.

A acta foi sujeita a votação e aprovada por maioria com duas abstenções.

2.2 - Leitura resumida do expediente.

Neste ponto, da Ordem de Trabalhos, tomou a palavra o Senhor Primeiro Secretário da Mesa, onde citou alguns títulos da correspondência, que este órgão recebeu, informando que se encontra disponível em Sede da Comissão Permanente, para consulta, se assim o desejarem.

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara proferiu a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Secretários da Mesa

Vereadores Presentes

Senhoras e Senhores deputados municipais.

Esta sessão da Assembleia Municipal, cumpre o calendário obrigatório e não apresenta na sua ordem de trabalhos nenhum assunto que seja estruturante sob o ponto de vista da organização dos serviços ou de trabalhos na área do município.

De qualquer forma, é sempre uma grande honra e dever comparecer nesta sala para dar conta do que se tem realizado, do que estamos a realizar e também do que nos propomos levar a efeito, sendo certo que a nossa disponibilidade para respondermos às diversas questões que nos colocam é total.

Após um Inverno que se apresentou muito severo, com muito frio, neve e chuva e em que por esse motivo os trabalhos abrandaram substancialmente, sendo que outros chegaram

mesmo a parar, estamos agora em condições de reiniciarmos com toda a normalidade a nossa actividade.

Ainda neste capítulo, permitam-me que realce o grande trabalho e preocupação que este ano tivemos com a limpeza das estradas de forma a mantê-la transitáveis, garantindo dessa forma que a vida quotidiana acontecesse com toda a normalidade, nomeadamente por parte do Senhor Vereador Salvador Marques, técnico da protecção civil municipal, funcionários da autarquia e ainda a ajuda imprescindível dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia das áreas mais atingidas pela neve, a quem deixo uma palavra de agradecimento pela dedicação demonstrada durante esse longo período.

Retomamos os trabalhos de arranjo urbanístico do Bairro do Carvalhal e dos Cabeços de maneira a que toda aquela zona seja devidamente requalificada, trazendo assim qualidade de vida às pessoas aí residentes.

Iniciamos as obras de saneamento e saneamentos e substituição de condutas de água em Rio de Fornos e S. Cibrão.

Estamos neste momento a preparar o concurso para lançarmos brevemente por empreitada mais saneamentos em freguesias que bem precisam dessas infra-estruturas.

Continuamos os trabalhos de execução da empreitada de colocação de depósitos de água.

Continuamos com diversos trabalhos de pavimentação de ruas em diversas aldeias, nomeadamente, Zido, Lagarelhos, Vilar de Ossos, Vilarinho de Lomba, Cisterna, Vilar de Lomba, Ferreiros e Sendim, sendo que nesta última realizamos também os saneamentos.

Também em várias aldeias decorrem trabalhos de diversa natureza, algumas por administração directa, outras em colaboração com as Juntas de Freguesia.

Permitam-me que dedique uma palavra à última Feira do Fumeiro.

Apesar do mau tempo que se fez sentir nos dias anteriores à Feira e durante o fim-de-semana em que decorreu o certame, apesar da situação económica ser aquilo que todos sabemos e apesar da péssima ajuda dada pelas diversas instituições de comunicação social quando insistentemente davam notícias pintando um quadro negro das estradas no norte do país e originando assim medo em algumas pessoas que, por esse motivo, deixaram de se deslocar, apesar de tudo isso, temos motivos para estarmos muito satisfeitos com a forma como tudo decorreu e com os resultados alcançados.

Foi o ano que pensamos que fomos mais procurados por expositores e vendedores dos mais diversos artigos e foi um dos anos em que se vendeu mais fumeiro, sendo certo que este dado tem que ser relativizado, porquanto a Feira é antes de mais um lugar de promoção do fumeiro e de contactos para futuros negócios.

E uma coisa também já ficou clara: a Feira do Fumeiro de Vinhais, caminha a passos largos para a Feira do Fumeiro em Vinhais, querendo com isto dizer que este certame começa a ter contornos bem característicos de uma feira nacional.

Por último e porque por diversas vezes já foi falado nesta sala, informo que se iniciou o processo de transferência para as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, da distribuição de água em baixa, passando assim todos os sistemas e na sua totalidade para aquela empresa.

Ainda não existe neste momento uma proposta concreta, logo que tal aconteça, o assunto será aqui discutido.

Quanto à situação financeira do município, temos de dotações orçamentais 1.193.126,43 euros e de dotações não orçamentais 690.064,39 euros.”

2.4 - Período de intervenções.

O Senhor Presidente da Mesa, deu a palavra a quem se quisesse inscrever, para falar sobre qualquer assunto que considerassem pertinente debater neste ponto da Ordem de Trabalhos. Declarado aberto o Período de Intervenções, o membro Senhor Carlos Abel interveio, tendo apresentado a proposta que a seguir se transcreve, sendo que antes esclareceu que o Senhor Presidente da Câmara confundiu aquilo que é a beira da estrada com a estrada da Beira, porque aquilo que se herda geneticamente é hereditário, ou seja, são sinónimos, tal como o membro Senhor António Gonçalves o esclareceu.

De seguida pediu tolerância de tempo par apresentar a proposta que a seguir se transcreve, uma vez que se trata de uma proposta exaustiva.

“ O PSD Vinhais e a sua representação junto desta Assembleia Municipal, ciente da situação económica e financeira que o país atravessa e que afecta de forma mais relevante as famílias socialmente mais desfavorecidas ou afectadas directamente pelo desemprego, entende ser de lançar um conjunto de medidas que minimizem os efeitos desta crise e

ajudem essas famílias a restabelecer um nível de dignidade social, minimamente admissível.

Por outro lado, reconhecendo que apenas o apoio directo às famílias não resolve problemas estruturantes de uma crise com origem numa conjuntura económica global e que afecta principalmente o tecido empresarial, considera que será também de lançar um conjunto de medidas dirigidas às empresas com sede neste município, ajudando assim a criar condições para a preservação de emprego e se possível minorar os impactos económicos desta crise.

Assim, propomos:

6- Medidas para as Famílias em Geral

1. E implementação imediata do subsídio municipal à natalidade e escolaridade. E inventariação das situações de risco para resolução imediata.

2. Apoio aos idosos, dando a máxima atenção ao trabalho em conjunto com as organizações estatais e de iniciativa privada dedicadas à solidariedade social, promovendo as respostas seguras e adequadas às situações de necessidade (através do reforço de verbas e transferências).

3. A manutenção do preço da água praticado no ano de 2008 a todos os agregados familiares que tenham rendimentos até ao valor do ordenado mínimo nacional.

4. A isenção ou redução significativa de pagamento de taxas municipais, de forma a incentivar o arranque de obras que contribuam para manter ou criar postos de trabalho.

5. A isenção de 50% nas taxas sobre construção para habitação própria para jovens até aos 35 anos, bem como para obras de melhoramento em habitação própria permanente para o mesmo nível etário e a isenção geral das taxas administrativas.

6. Criar um Gabinete de Apoio à Família (GAF) para acompanhar as famílias em situação financeira mais precária, nomeadamente através de:

- Isenção/redução de taxas e tarifas de água, esgotos e resíduos urbanos;
- Isenção/redução das despesas com os filhos que frequentem o 1.º CEB e pré-escolar (refeições, transportes, prolongamento de horário e material escolar);
- Isenção/redução de taxas de licenciamento municipais;
- Criação de um sistema concelhio de doação de roupa, produtos alimentares e outros bens.

5 – Medidas para a Economia:

1 – Congelar taxas e tarifas dos serviços municipais, e não permitir o aumento de tarifário para água, esgotos e resíduos urbanos para o ano de 2009.

2 – Congelar o aumento das tarifas fixadas para as feiras e mercado municipal para o ano de 2009.

3 – Nos termos da lei, privilegiar as empresas locais no fornecimento de bens e serviços ao Município e empresas municipais, assim como, a criação de quotas para as obras públicas de adjudicação directa.

4 – Pagar aos fornecedores locais de serviços e produtos no prazo de 30 a 60 dias.

5 – Criar a figura de Gestor do Processo e uma Via Verde do Empresário nos procedimentos municipais.

O custo global das medidas representa para a autarquia cerca de €100.000,00.

Requer-se, adicionalmente uma reunião da comissão permanente com carácter de urgência para debater as presentes propostas e outras da mesma índole.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD na AM Vinhais.”

Terminada a intervenção escrita, o membro Senhor Carlos Abel referiu que não espera que o Senhor Presidente levante aqui a velha questão, dizendo que «eles vêm do Porto e vão receber ajudas de custo», porque quando o Senhor Presidente se desloca a Lisboa no carro da Câmara também fica caro. Considerou existirem questões pessoais levantadas nestas reuniões que são desnecessárias e que não fazem qualquer sentido.

Continuou referindo que teve pena, por não ter sido o Senhor Presidente da Câmara a apresentar esta proposta, espera por isso que o Senhor Presidente não seja do contra, só pelo facto de ter sido o membro Carlos Abel a apresentar a proposta, acreditando que tal não irá acontecer porque não questiona a sensibilidade social do Senhor Presidente em relação a estas coisas.

Frisou que não se trata de uma questão eleitoralista, mas sim de sensibilidade social que a todos incumbe, sobretudo aos que são representantes das pessoas, razão pela qual requereu que a proposta apresentada merecesse a atenção da Câmara e da Assembleia.

Interveio o membro Senhor Pedro Miranda para comunicar que a bancada do PS, irá votar contra, uma vez que o assunto apresentado deverá ser encaminhado para a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, para aí ser analisado da melhor maneira possível.

Interveio o membro Senhor Carlos Abel para esclarecer que não existiu motivo para o PS votar contra, porque aquilo que referiu na proposta foi que deveria ser encaminhada se assim o entendessem, para a Comissão Permanente e se existissem mais sugestões ou intenção de também se associarem à proposta, o PSD não veria problema nenhum nisso. Esclareceu que aquilo que o membro Senhor Pedro Miranda sugeriu foi aquilo que foi sugerido na proposta.

Confrontado pelo Senhor Presidente da Mesa relativamente à proposta apresentada, se esta se destinava a ser votada ou encaminhada para a Comissão Permanente numa primeira fase, e votada posteriormente numa segunda fase, o membro Senhor Carlos Abel referiu que pretendia que a proposta fosse votada, de modo que as pessoas assumissem as responsabilidades, e depois sim, ser baixada à Comissão Permanente.

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, que depois de cumprimentar todos os presentes referiu que iria votar contra, porque em Ervedosa têm isto há bastante tempo, tendo criado quinze postos de trabalho num lado, e ajudando as pessoas carenciadas através do Centro Social, do qual faz parte da direcção. Considerou que isto, é um alarmismo para o concelho de Vinhais, que se encontrava sossegado, não encontrando casos através da acção social, tão alarmantes como o membro Senhor Carlos Abel faz na proposta que apresentou.

Referiu um caso que socorreram, sendo o único caso alarmante na vila, sendo que às vezes as pessoas criam elas próprias as condições que elas próprias querem ter.

Considerou também, que se trata de um caso sério dar o regime de inserção que o próprio Governo do Senhor António Guterres, na altura, criou um problema grave em Portugal, que foi dar dinheiro a quem não faz nada.

Referiu novamente que iria votar contra porque cada um no seu local terá que desenvolver um trabalho porque conhece as populações.

Quanto ao comércio de Vinhais referiu que não está assim tão mal, e que não iria votar nem a favor nem contra, porque o negócio está mal no mundo, e não compete à Assembleia nem à Câmara Municipal comprar as pessoas por cem mil euros.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas, e no respeitante à questão da proposta, referiu que toda a discussão que se faça à volta deste assunto é de louvar.

Tudo o que qualquer pessoa, traga à coacção no sentido de ser discutido o minimizar de algumas situações que provavelmente vão acontecer em termos da situação económica do concelho, é bom que seja debatido, e discutido de forma muito séria e absolutamente realista, não querendo dizer com isto, que não foi de forma séria.

Uma proposta deste tipo tem, a seu ver, alguma possibilidade de caminhar, e por isso é necessário que seja muito bem aprofundada, porque é preciso conhecer quais são os mecanismos que a Câmara e Segurança Social já têm a funcionar, e qual é o tipo de apoio que as Misericórdias e os Lares da Terceira Idade já se encontram a fazer, daí a razão de se ter primeiramente um estudo, estudo esse, que já se encontra feito, onde devem ir buscar elementos que interessam e depois sim, retirar algo importante.

Agradeceu a proposta, e referiu que não pode ser votada, porque se tal acontecer seria um precipício, aprovar uma proposta deste tipo sem ser discutida.

Aconselhou o membro Senhor Carlos Abel a retirar a proposta e a reencaminha-la para a Comissão Permanente, fazendo um grupo de trabalho com o objectivo de a discutir e acertar pormenores.

Avisou que não é altura certa de votar uma proposta deste tipo, porque se tal acontecer teriam que a aprovar da forma em que se encontra.

Acrescentou ainda que votar uma proposta genérica no desígnio de adoptar medidas para minimizar os efeitos da crise, é uma situação completamente diferente, e só o fará se for assinada em conjunto, nunca se for uma proposta de um grupo parlamentar, porque existem assuntos que não devem dividir mas sim unir.

Comunicou que não se trata de saber quem fez primeiro a proposta, porque quem leu por exemplo, uma carta que o Senhor Presidente da Câmara enviou no Natal e quem leu o boletim municipal, apesar de ter incomodado alguns membros do PSD, todos perceberam aquilo que lá estava dito. Porque nestas coisas todos têm a sua sensibilidade, e como Presidente de Câmara, tem que a ter por dever do ofício, sendo uma sensibilidade que todos conhecem, assim como a grande preocupação nesta matéria.

Continuou esclarecendo uma situação que passou despercebida a muita gente, que se prende com a situação financeira, ou seja, se a situação financeira foi apresentada da maneira que se encontra, ou seja, com as contas equilibradas, é porque têm conhecimento que brevemente o poder local pode ser chamado a assumir responsabilidades na área social, razão pela qual é necessário haver algum dinheiro de lado.

Comunicou que a situação financeira da Câmara se encontra há três anos regularizada, verificando-se esta regularização já em anos anteriores, por considerarem que em qualquer momento a Câmara poderá ser chamada a ajudar economicamente as famílias. Referiu ser aqui que o problema se levanta, porque esta política que o membro Senhor Carlos Abel acabou de referir, de ajudar as pessoas directamente, política essa, que se traduz em cem mil euros, é, a seu ver, uma política importante.

Informou a este respeito que o Senhor Presidente da Câmara tem aqui o mesmo entendimento do Senhor Primeiro-Ministro, porque acredita que aquilo que melhor resolve os problemas é a criação de emprego. Passou a explicar que se houver catorze despedimentos nas obras em Vinhais, existindo já casos de empreiteiros com catorze despedimentos, vão ao ar por ano mais de vinte mil contos, que foram as contas que o membro Senhor Carlos Abel anunciou.

Por essa razão referiu que, a seu ver, devem trabalhar no sentido de garantir obras para os empreiteiros locais, sendo esta a razão da nova Lei que os membros do PSD criticaram, ou seja, atribuir à Câmara a possibilidade de fazer ajustes directos até determinado montante, sem concurso, a certos empreiteiros para se poder andar mais rápido. Frisou que se torna necessário garantir obras principalmente para os empreiteiros locais, para que consigam manter o nível de emprego.

Para esclarecer melhor esta questão, expôs um caso em que um empreiteiro do concelho que tem dez a doze funcionários, fecha as portas porque não tem obras, alguns dos funcionários que têm empréstimos aos bancos com mulheres desempregadas, o mais provável é ficarem sem a casa, e deixam de ter dinheiro para pagar no supermercado, e o próprio supermercado vai deixar de ter rendimento. Dito isto, referiu que não podem baixar os braços e dar subsídios às pessoas, reduzindo qualquer coisa na conta da água e na licença de construção, porque o mais importante é que a economia se mantenha a funcionar em termos de empregabilidade, ou seja, manter os postos de trabalho é o mais importante.

Referiu ainda que retirar o dinheiro que está destinado ao investimento e dar directamente sob a forma de subsídios às famílias, não é uma boa medida, porque aquilo que no fundo é dado não é um grande valor.

Alertou para o facto de ser necessário encontrar um ponto de equilíbrio, ou seja, considerar que até poderá ser possível financiar, uma vez que se encontram atentos a algumas situações no concelho, embora não existam felizmente situações de miséria, tendo em conta que, estas situações, têm vindo a ser seguidas ao nível da segurança social e da Câmara, entre outros.

Quanto à questão de manter os postos de trabalho, referiu que tal não acontecia há uns anos atrás, em que a maior parte das obras iam para os empreiteiros de fora, sendo que agora, tem vindo a ser feita uma política propositadamente, para que os empreiteiros do concelho sejam eles, a receber algum dinheiro das obras, no sentido de conseguirem manter empregos para que a vida funcione normalmente.

Informou que ainda não teve conhecimento de grandes despedimentos, embora existam já um ou dois casos, o que obriga a uma gestão da Câmara sensata, de forma a que se consigam obras nas aldeias e na vila, como a largo bonito que se fez nos Alvaredos.

Concluiu que é isto que se deve continuar a fazer, porque é isto que mantém o emprego, sendo nesta área que gostava de ver os membros do PSD disponíveis para colaborar.

Terminou sugerindo uma proposta apoiada, na proposta apresentada pelo membro Senhor Carlos Abel, ou seja, uma proposta assinada pelos líderes das duas bancadas para propor que sejam tomadas medidas de apoio social às famílias mais carenciadas, caso se venha a verificar, durante o próximo e presente ano. Sugerindo que seja a Comissão Permanente a apresentar a proposta, não estando de acordo nos termos em que se encontra a proposta, muito embora acredite que se poderão tirar alguns pontos concretos e interessantes, estando completamente de acordo se for feita nestes moldes.

Solicitou a palavra a membro Senhora Lisete Claro que iniciou por cumprimentar todos os presentes, alegando que depois de ter ouvido falar do apoio social não poderia deixar de intervir, porque teve conhecimento de vários casos onde o apoio domiciliário não se encontra a funcionar.

Referiu um caso particular, referente a um munícipe de Vila Verde, que identificou pelo nome de Senhor João de Deus Gomes, que esteve internado no Centro Hospitalar de Bragança e no dia que teve alta, uma das assistentes sociais do referido Centro Hospitalar entrou em contacto com a assistente social da Câmara Municipal de Vinhais, solicitando apoio domiciliário para este Senhor, uma vez que se tratava de uma situação urgente e necessária, tendo a assistente social da Câmara Municipal de Vinhais dado como resposta, que se o Senhor morasse em Vinhais seria possível ter esse apoio domiciliário, mas como o Senhor residia fora da vila de Vinhais, o referido apoio já não seria possível. Solicitou a este respeito que fosse esclarecido quais os moldes em que se verificam os apoios domiciliários.

Referiu que faria todo o sentido adoptar o programa SOLAR do Instituto de habitação e reabilitação Urbana que é estatal, para obras de conservação e melhoramento em habitações, cujos agregados familiares tenham rendimentos não superiores a duas vezes e meio o rendimento anual.

Seguiu-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, para se pronunciar sobre a proposta apresentada pelo membro Senhor Carlos Abel, referindo que a proposta apresentada não é única, porque na sua hora de almoço, na sua mesa, foi falada a questão de sensibilidade e apoio social.

Concordou que devem existir intervenções, mas não devem ser com intervenções de subsídio-dependência.

Referiu que não iria dizer muito mais sobre esta questão, porque muito daquilo que se preparava para dizer, o Senhor Presidente já o tinha dito, e apesar de trazer escrito o que pensava a este respeito, não o iria repetir, uma vez que o Senhor Presidente já o tinha feito, aproveitando apenas para dizer, que comunga da mesma ideia, porque o investimento e o emprego são importantíssimos, assim como a parte do turismo.

Relativamente à Junta de Freguesia de Vinhais, informou que neste momento se encontram a lançar pequenas obras, praticamente aos empreiteiros de Vinhais, para tentar minimizar e tentar precaver a questão do desemprego.

Acrescentou que em Vinhais estão a ser feitas sete obras, que estão a ser distribuídas, não sabendo se é correcto, por todos os empreiteiros de Vinhais, para tentar segurar a falta de investimento que está a ser feito pelos particulares.

Considerou que as propostas apresentadas pelo membro Senhor Carlos Abel são demasiadas, vendo muita redução de taxa, muito subsídio-dependência e pouco investimento.

Ainda em relação à proposta referiu que aconteceu agora à bancada do PS, aquilo que acontece à bancada do PSD, quando a Câmara faz propostas e a bancada do PSD alegando que não chegaram a tempo de serem analisadas, vota contra.

Referiu que por essa razão irá também votar contra e fazer baixar a proposta à Comissão Permanente, porque existem assuntos na proposta que são importantes, verificando-se alguma sensibilidade por parte do seu partido, uma vez que já discutiram esse assunto e essas questões.

Considerou que em Vinhais poderá haver alguma dificuldade para uma crise, mas esta não é notável. Quanto à questão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa levantou, considerou que foi devido ao seu empurrãozinho, e por a ter considerado urgente, que foi resolvida nesse sentido.

Tendo em conta a sensibilidade de toda a gente, afirmou que terá que haver uma consciência muito grande na forma como se irão distribuir estes apoios e na criação de emprego, sendo esta a parte que mais preocupa a sua bancada.

Interveio mais uma vez o membro Senhor Carlos Abel, dizendo que o seu sentido de sensatez o leva a não retirar a proposta, mas a retirar as propostas.

Comunicou que se a Assembleia não votar a proposta, deverá pelo menos mandar a Comissão Permanente para apresentar um conjunto de propostas na área social e na área económica.

Relembrou que o Senhor Presidente falou nos empreiteiros e a proposta também fala em quotas para os empreiteiros do concelho.

Esclareceu mais uma vez que se compromete a retirar os itens, mas mantém na substância da proposta, no sentido de serem feitas na área social e na área económica e depois

mandatada à Comissão Permanente, para avaliar as medidas necessárias para atalhar estas situações.

Referiu que é louvável o trabalho que o Senhor Presidente da Junta de Ervedosa tem feito na sua freguesia, e que nunca o PSD contrariou isso ou tirou esse mérito.

Considerou que cem mil euros não são nada, porque os festivais, que também são legítimos, custam mais que isso, e é nisto que devem cortar um bocadinho. Quanto ao apoio, considerou-o circunstancial, que não é eterno, apenas para as situações de crise, de aflição social.

Referiu não perceber a atitude da bancada do PS, porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa disse que não era necessário nada, e quando estavam no almoço já discutiram e chegaram à conclusão que eram necessárias medidas especiais.

Considerou este comportamento e esta atitude um comportamento do contra, talvez genético.

Referiu ainda que a preocupação que o Senhor Presidente da Câmara anunciou ter, não a teve no passado.

Interrogou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de esclarecer quanto dos seis milhões de euros, é que foram gastos em mão-de-obra em Vinhais, quanto foi gasto em materiais das lojas de Vinhais, e por empresas do concelho. Afirmou que as maiores obras que foram feitas neste concelho foram feitas por empreiteiros de fora.

Considerou que aquilo que a sua bancada propôs deve ser implementado, porque é emprego que se gera, é comida que se gera, e fraldas que se compram no concelho.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra mais uma vez, para responder à questão colocada pelo membro Senhor Carlos Abel. Começou por referir que não é verdade aquilo que o membro Senhor Carlos Abel acabou de dizer, e enumerou as obras feitas pelos empreiteiros de Vinhais, entre elas, o Parque Verde, Passeios da Vila, Largo do Arrabalde, a maior parte das estradas do concelho, e o Parque Biológico onde a maior parte das empresas são do concelho de Vinhais.

Dito isto, referiu que a Câmara faz várias transferências para as Juntas de Freguesia, porque elas também criam emprego, e dão jeiras a ganhar, e quando as Juntas fazem um requerimento à Câmara a solicitar um arranjozinho, uma obra, dando dinheiro a ganhar,

considerou ser um facto importante, porque se poupa dinheiro, porque se faz por administração directa, e porque se compram os materiais no concelho.

Mas para estes pedidos passarem nas reuniões de Câmara, têm que se votados favoravelmente pelos vereadores, e se todos fizessem como o Senhor Vereador Frias Vieira, não era feita nenhuma obra nas aldeias.

Citou algumas das obras que o Senhor vereador António Frias Vieira não votou a favor, entre elas a Junta de Freguesia de Vale das Fontes, com vinte e sete mil euros para apoio domiciliário, a Junta de Freguesia de Agrochão, para obras em Agrochão, a Junta de Freguesia de Travanca, com mil euros, a Junta de Freguesia de Vale de Janeiro, com dez mil euros, e ainda a Junta de Freguesia de Vila Verde, entre outras.

Considerou que se todos fizessem como fez este vereador, as propostas não chegavam a ser apresentadas e não haveria transferências para as Juntas.

Referiu ainda e para terminar que ficou com o coração cortado quando viu que a proposta para o apoio domiciliário para Vale das Fontes, não foi votada favoravelmente.

Concluiu que esta posição não é uma posição responsável, mas sim de pura oposição, e desta forma as coisas não funcionam.

Solicitou novamente a palavra o membro Senhor Carlos Abel, para defesa de honra, referindo que quem leu os boletins não pode dizer que o PSD se absteve tantas vezes, porque o que vem lá escrito é sempre por unanimidade.

Passou a explicar as razões que levam o seu tio, António Frias Vieira a abster-se, e não a votar contra, tal como o Senhor Presidente da Câmara acabou de mencionar. Explicou que o seu tio se encontra em tribunal por situações que o Senhor Presidente da Câmara leva truncadas, às reuniões de Câmara, em que os Senhores Vereadores do PSD são coniventes de votarem a favor.

Referiu que se sente na obrigação de defender o seu tio, porque se trata de uma pessoa de grande gabarito, de grande inteligência. Considerou a atitude do Senhor Vereador Frias Vieira, uma posição de inteligência, porque o Senhor Presidente trunca os argumentos com que apresenta as informações.

Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara conhece a situação, porque também como Presidente da Câmara está envolvido numa situação semelhante a esta.

Concluiu que a razão que levou o Senhor Vereador Frias Vieira a abster-se é simplesmente para evitar situações deste tipo, porque desta forma a responsabilidade é da maioria.

Terminou frisando que o Senhor Vereador Frias Vieira, seu tio, não é uma pessoa qualquer, é um coronel do exército português, não é uma pessoa desprovida de inteligência que vota contra, porque não gosta dos Senhores Presidentes de Junta, da forma como o Senhor Presidente estava a tentar insinuar, porque a defesa que tem é a abstenção, porque o Senhor Presidente o engana.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer um ponto de ordem, explicando que a defesa de honra, é uma defesa própria, e não uma defesa de família ou de outras pessoas.

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, para explicar a situação do Senhor da sua freguesia, que foi alvo de uma intervenção por parte da Senhora deputada Lisete Claro.

Comunicou que tem estado ao corrente do problema, porque foi pedido à Junta de Freguesia o atestado da situação financeira do Senhor em causa.

Explicou que a situação deste Senhor é uma situação idêntica à situação da sua sogra, e neste caso, os filhos é que se devem preocupar em dar de comer, dar banho e cuidar do doente.

Acrescentou que o Senhor em causa tem confortos em casa, e logo que seja conseguida uma vaga no lar da Santa Casa, será encaminhado para lá. Considerou também que, a filha e o genro do referido Senhor, que moram em Vinhais têm, confortos e condições para o manter em casa, enquanto não se arranja uma vaga no lar.

Terminou referindo que da sua parte e da parte da Junta de Freguesia, irá ser feito tudo o que puder ser feito, para que o Senhor em causa, possa ter as condições necessárias, assim como outras pessoas que possam vir a estar na mesma situação.

Desejou as melhoras e fez votos para que tudo venha a correr da melhor maneira.

O Senhor Presidente da Mesa tomou novamente a palavra para complementar a chamada de atenção que fez ao membro Senhor Carlos Abel, citando o artigo trinta e dois “ Sempre que

um membro da Assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pode para se defender usar da palavra por tempo não superior a três minutos.”

Feito o esclarecimento, o Senhor Presidente da Mesa, considerou estarem reunidas as condições para votar a proposta apresentada pelo membro Senhor Carlos Abel, explicando que foi entendido pelo membro em questão, retirar as propostas e levar a votação uma discussão conjunta, feita em sede da Comissão Premente da Assembleia Municipal.

Posta a votação, a proposta apresentada pelo membro Carlos Abel, foi aprovado por unanimidade, encaminhar a discussão para a Comissão Permanente.

2.5 – Alienação de 6% do Capital Social que o Município detém na Empresa Cacovin-Agroindústria.

O Senhor Presidente da Câmara deu uma explicação sumária acerca deste assunto, comunicando que esta questão está relacionada com uma carta que foi enviada pela CACOVIN. Sobre esta, explicou que a Câmara Municipal tem trinta por cento do capital social, e por causa dum projecto de investimento económico no âmbito do PRODER, uma das condições deste programa era, nenhuma sociedade poder concorrer, se tiver dentro do seu seio, uma entidade que tivesse mais de vinte e cinco por cento de capital público. Sendo a Câmara uma entidade pública e detendo mais de vinte e cinco por cento do capital social, a solução que se encontrou foi, alienar seis por cento do capital social que o município ali detém a favor das três Associações do concelho que já detêm parte do capital próprio da CACOVIN, Agroindustria.

Informou que esta proposta já foi aprovada em reunião de Câmara, por unanimidade, solicitando à Assembleia que a pudesse aprovar também, sendo certo que o prazo para pagarem é de dois anos, e não de dez anos, como foi solicitado.

O Senhor Presidente da Mesa submeteu à apreciação deste órgão, a proposta referida em título, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros presentes.

2.6 - Extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, e a partilha do património, nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer uma breve apresentação do ponto em questão.

Considerando que ao abrigo do disposto na Lei n. 10/2003 de 13 de Maio, dezasseis Municípios: de Alfândega da Fé, Boticas, Bragança; Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais, constituíram, por escritura pública de 9 de Junho de 2004, publicada no Diário da República n.º 180, III Série, de 2 de Agosto de 2004, uma associação pública denominada Comunidade Urbana de Trás-os-Montes;

Após a análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, autorizar:

- 1 – A extinção da Comunidade de Trás-os-Montes, na forma de dissolução e liquidação simultânea, com partilha imediata do seu património;
- 2 – A repartição do património da ComUrTM, no valor de 398.746 € cabendo ao município de Vinhais o montante de 26.948,57€

No seguimento o Senhor Presidente da Mesa, informou os Senhores membros que se tornava necessário proceder à eleição dos representantes desta Assembleia, na Assembleia Internacional da CIM, pelo que concedeu um lapso de tempo de dez minutos para apresentação de listas.

Após decorrido este lapso de tempo, foi apresentada uma lista constituída pelos membros Paula Gracinda Mandim Alves, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida e Eduardo Vicente Roxo, pela bancada do PS, e José Augusto Pinheiro, João Augusto Amaro Fernandes, pela bancada do PSD.

Sujeita à votação, esta lista foi eleita por unanimidade.

2.7 - Regulamento Municipal para Apoio Social à Habitação-Alteração.

Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar o tema, explicando que esta situação se insere um pouco na lógica daquilo que têm vindo a defender. No apoio à habitação, que é um programa da Câmara exclusivamente, em que esta apoia famílias cujo rendimento *per-capita* não ultrapasse determinado valor, o que acontecia era que podiam ir até ao montante máximo de quatro mil euros para obras pequenas, e aquilo que acontecia por vezes, era que por um cêntimo a pessoa não recebe nada porque o rendimento *per-capita* ultrapassa aquele limite. Considerou esta situação uma injustiça, e neste caso a segurança jurídica e o aspecto formal tem que dar lugar ao aspecto da justiça material.

Esclareceu que aquilo que sugerem com esta proposta é que em situações desta natureza, a Câmara sob proposta devidamente fundamentada dos serviços sociais, possa por de lado esse factor, desde que não ultrapasse os valores normais, desde que a assistente social fundamente bem, de maneira a que a Câmara possa dar ajuda mesmo ultrapassando o rendimento *per-capita*.

Terminou referindo que também esta proposta foi apresentada e aprovada em reunião de Câmara, pedindo por isso à Assembleia Municipal que aprovasse esta alteração ao regulamento do apoio habitacional de Vinhais.

Não tendo havido discussão, foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos membros presentes.

2.8 - Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro no Algarve – Adesão na qualidade de sócio.

O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste ponto, informado que existe uma Casa de Trás-os-Montes, no Porto, em Lisboa e esta no Algarve, razão pela qual pedem à Câmara que se associe a essa Casa. Considerou não existir problema algum em associar-se, tal como acontece com as outras Casas de Trás-os-Montes espalhadas pelo país e no estrangeiro.

Face ao assunto exposto, a Assembleia Municipal, deliberou emitir parecer favorável, aprovando por unanimidade a proposta apresentada.

2.9- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento.

Relativamente a este ponto o Senhor Presidente da Câmara referiu que esta revisão ao orçamento da despesa tem três motivos. Um deles destina-se a acabar de pagar uma obra que transitou, é o Centro Rural de Inovação Educativa que é a Hospedaria do Parque, em Rio de Fornos, e que se destina a pagar ao empreiteiro onze mil seiscentos e vinte e um euros.

Uma outra razão é para inscrever a obra do estádio municipal em anos seguintes, porque o Tribunal de Contas assim o recomendou, uma vez que, existiu um atraso no seu início, e o prazo previsto, já não vai ser possível cumprir, razão pela qual deverá ser inscrito em anos seguintes.

Por último referiu que os cinco mil euros enunciados, destinam-se ao pagamento da quota, na Associação Qualifica, que tem como função que vários produtos tradicionais, independentemente de estarem classificados por Bruxelas, com denominação de origem protegida, tenham uma protecção pelo estado português, de forma que, seja dada a mesma importância, ou seja, que tenham a mesma importância económica e a mesma dignidade que têm aqueles com localização geográfica protegida. Isto porque, existem produtos que muito embora não tendo protecção comunitária, garantem qualidade.

Não tendo havido discussão foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos membros presentes e autorizar a representação e encargos em anos seguintes.

3 - Período reservado ao Público.

Neste período, ninguém do público manifestou intenção de intervir.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, cerca das dezassete horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.